

HOSPITAL SANTA LUCIA S.A.

CNPJ/MF nº 00.025.841/0001-53

Relatório da Diretoria

Aviso: As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: www.santalucia.com.br/sobre/demonstrativos-contabeis.

Brasília-DF, 20 de maio de 2025.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2024	Reapresentado	31/12/2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	230.588	18.985	432.750
Contas a receber de clientes	5	404.995	363.939	905.423
Adiantamentos	6	27.826	37.915	44.039
Estoques	7	18.927	20.644	40.312
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.986	82	3.762
Impostos a recuperar sobre o lucro	8.1	17.003	17.296	46.996
Instrumentos financeiros derivativos	9	—	5.819	5.819
Outras contas a receber	10	31.326	21.766	46.063
Total do ativo circulante		732.651	486.446	1.519.346
Não circulante				
Dividendos a receber	13	27.775	—	—
Partes relacionadas	11	6.853	8.712	6.694
Instrumentos financeiros derivativos	9	64.068	—	64.068
Outras contas a receber	10	—	—	752
Depósitos judiciais	5	5.602	15.311	11.688
Tributos diferidos	32	39.298	21.895	83.462
Garantia de reembolso de contingências e ativo indenizatório	12	50.491	24.816	51.644
Total do realizável a longo prazo		194.087	70.734	218.307
Investimentos	13	1.219.808	1.040.940	—
Propriedades para investimentos	14	30.067	30.300	32.547
Imobilizado	15	263.671	265.536	660.189
Intangível	16	886	906	422.571
Total do ativo		2.441.170	1.894.861	2.852.961

Passivo	Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2024	Reapresentado	31/12/2023
Circulante				
Fornecedores	17	89.464	76.630	168.839
Empréstimos e financiamentos	18	196.364	253.721	202.098
Obrigações trabalhistas e sociais	19	31.261	29.216	69.131
Obrigações tributárias	20	21.984	23.527	50.965
Imposto de renda e contribuição social	32	25.079	50.540	69.476
Parcelamentos tributários	21	—	—	9.909
Parcelamento de imposto de renda e contribuição social	32	5.177	—	19.183
Dividendos a pagar	25	—	—	24.781
Instrumentos financeiros derivativos	9	—	9.576	—
Contas a pagar por aquisição de empresas	22	141.672	19.014	141.672
Outras obrigações	23	15.825	12.729	55.640
Total do passivo circulante		526.826	474.953	811.695
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	18	765.787	593.107	766.646
Parcelamentos tributários	21	—	—	14.214
Parcelamento de imposto de renda e contribuição social	32	20.727	—	76.095
Partes relacionadas	11	—	84.911	—
Instrumentos financeiros derivativos	9	32.824	—	32.824
Contas a pagar por aquisição de empresas	22	25.449	158.688	25.449
Outras obrigações	23	33.888	22.672	83.869
Provisão para demandas judiciais	24	6.491	18.706	20.565
Total do passivo não circulante		885.147	878.084	1.019.663
Patrimônio líquido				
Capital social	25	1.041.118	634.854	1.041.118
Transações entre sócios		30.967	30.967	30.967
Prejuízos acumulados		(42.888)	(123.998)	(42.888)
Total do patrimônio líquido atribuível ao controlador		1.029.197	541.823	1.029.197
Participação de não controladores		—	—	(7.600)
Total do patrimônio líquido		1.029.197	541.823	1.021.603
Total passivo e patrimônio líquido		2.441.170	1.894.861	2.852.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras das individuais e consolidadas.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Notas	2024	2023	2023
Receita líquida	26	833.889	803.518	1.864.487
Custos dos serviços prestados	27	(529.733)	(503.850)	(1.156.715)
Lucro bruto		304.156	299.668	707.772
Despesas gerais e administrativas	28	(213.984)	(188.530)	(425.669)
Outras receitas operacionais	29	22.623	3.448	32.140
Outras despesas operacionais	30	(5.374)	(136.905)	6.553
Perda por redução ao valor recuperável contas a receber	5	(7.873)	(11.570)	(17.992)
Resultado de equivalência patrimonial	13	121.418	(16.596)	—
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		220.966	(50.486)	302.804
Receitas financeiras		106.558	35.816	121.930
Despesas financeiras		(274.321)	(137.353)	(309.400)
Resultado financeiro, líquido		(167.763)	(101.537)	(110.288)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	31	53.203	(152.023)	115.333
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	32	—	(8.048)	(69.871)
Corrente		27.907	9.888	35.653
Diferido		27.907	1.840	(34.218)
Lucro líquido do exercício		81.110	(150.183)	81.116
Resultado atribuível aos acionistas controladores		81.110	(150.183)	81.110
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		—	—	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras das individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	81.110	(150.183)	81.116	(152.646)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	81.110	(150.183)	81.116	(152.646)
Atribuível a:				
Acionistas controladores	81.110	(150.183)	81.110	(150.184)
Acionistas não controladores	—	—	6	(2.462)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	81.110	(150.183)	81.116	(152.646)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	81.110	(150.183)	81.116	(152.646)
Atribuível a:				
Acionistas controladores	81.110	(150.183)	81.110	(150.184)
Acionistas não controladores	—	—	6	(2.462)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

1 Informações gerais: O Hospital Santa Lúcia S.A. ("Companhia" ou "Controladora" e conjuntamente com suas subsidiárias "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília-DF na Asa Sul. A Companhia tem como sua finalidade principal e exclusiva de prestação de serviços hospitalares completos e internação, bem como a participação em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía as seguintes controladas:

	31/12/2024	31/12/2023
M2 Participações e Investimentos S.A. ("M2")	100%	100%
Hospital Medicina Especializada S.A. ("HME")	—	100%
Ánima Centro Hospitalar Ltda. ("Ánima")	100%	100%
Hospital Ortopédico Ltda. ("Ortopédico")	100%	100%
Procardio Centro Cardio Respiratório Ltda. ("Procardio")	100%	100%
Clínica Campo Grande S.A. ("CCG")	—	99,46%
Hospital Prontonorte S/A ("Prontonorte")	100%	100%
Hospital Maria Auxiliadora S.A. ("HMA")	100%	100%
Centro Radiológico de Brasília S.A. ("Radiológico Brasília")	100%	100%
Centro Radiológico do Gama S.A. ("Radiológico Gama")	100%	100%
Vaga Certa Serviços de Estacionamento Ltda. ("Vaga Certa")	100%	100%

1.1 Eventos ocorridos no exercício: Ingresso de novo sócio: Atlântica Hospitais e Participações S.A.: Em 30 de setembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram a entrada de Atlântica Hospitais e Participações S.A., que adquiriu 20% do capital social do Grupo. Esta transação está alinhada com a estratégia da Companhia para impulsionar seu crescimento, aumentar sua capacidade de atendimento e captar recursos de forma sustentável visando à expansão. **2. Base de preparação e apresentação das políticas contábeis materiais:** **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria financeira em 20de maio de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e moeda de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis o Grupo para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia são os Seguintes: • **Nota Explicativa nº 05** - Mensuração de perda esperada de crédito do contas a receber e glosas; • **Nota Explicativa nº 16** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • **Nota Explicativa nº 24** - Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • **Nota Explicativa nº 32** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **2.4 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida

Demonstração dos fluxos de caixas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Notas	2024	2023	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		53.203	(152.023)	115.333
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:				
Provisão para redução ao valor recuperável	5	7.655	11.570	20.174
Perdas efetivas de convênios e particulares	5	4.185	5.296	7.546
Reversão de perdas de convenio e particulares	5	(201)	(346)	(21.008)
Equivalência patrimonial	13	(121.418)	16.596	—
Garantia de reembolso de contingência e contas gráficas	12	(22.064)	(1.435)	(22.064)
Encargos financeiros e variações cambiais	17	194.297	98.898	237.642
Provisão para demandas judiciais	24	(12.215)	9.926	(13.648)
Redução ao valor recuperável - propriedades para investimento	14	233	118.746	233
Instrumentos financeiros derivativos	9	(29.207)	2.181	(29.207)
Redução ao valor recuperável de adiantamentos		8.191	4.316	24.816
Depreciação e amortização	15.1	26.931	23.829	49.862
Baixa de imobilizado	15.1	52	40	509
Total		109.643	137.594	370.189

Varição dos ativos e passivos circulantes e não circulantes:

Contas a receber	(52.696)	(94.360)	(83.326)	(134.765)
Estoques	1.717	1.720	1.711	2.283
Tributos a recuperar	13.485	17.093	15.738	15.746
Adiantamentos	1.897	9.484	(1.810)	17.618
Outros ativos	148	(29.413)	(12.520)	(32.424)
Fornecedores	12.834	13.752	19.445	9.273
Obrigações trabalhistas	2.045	(1.188)	6.793	1.715
Obrigações tributárias	(1.542)	6.210	(1.903)	7.125
Parcelamentos tributários	(2.314)	—	(34.908)	(66.366)
Outros passivos	15.092	9.159	10.236	9.485
Impostos de renda e contribuição social pagos	(9.727)	—	(85.986)	(3.093)
Total	90.582	70.048	203.657	(29.577)

Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:

Aquisição de bens do ativo imobilizado	15.1	(23.216)	(51.602)	(61.126)
Aquisição de intangível		(61)	(442)	(21)
Aquisição de propriedade para investimentos		—	10.030	2.096
Aplicações financeiras		—	20.476	—
Aporte e adiantamento para futuro aumento de capital		(87.047)	(193.849)	—
Contas a pagar por aquisição de empresa		(22.628)	(18.249)	(22.628)
Reestruturação societária, líquida de caixa		—	—	7.403
Total		(132.953)	(233.638)	(81.680)

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento:

Captações de empréstimos e financiamentos	17	311.000	100.000	311.000
Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	17	(264.515)	(192.938)	(288.837)
Pagamento dos juros de empréstimos e financiamentos	17	(109.151)	(67.143)	(111.598)
Pagamento de arrendamentos		(780)	(780)	(780)
Dividendos pagos		—	—	(10.912)
Aumento de capital		406.265	26.635	406.265
Mútuo ativo com controladas		1.859	119.326	105
Mútuo passivo com controladas		(84.911)	76.974	(29.053)
Pagamento de derivativos	9	(5.793)	—	(5.793)
Total		253.974	62.074	270.397

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento:

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		211.604	(101.516)	392.374
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.985	120.	

★ **continuação** Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. **c) Ágio na aquisição de investimentos societários:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado pelo custo na data da combinação do negócio. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável ("*impairment*"). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ou em um ano a partir da combinação de negócios a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indícios de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. **d) Classificação circulante e não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: **• Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;** **• Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;** **• Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço;** e **• É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.** Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: **• Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;** **• Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;** **• Deve ser liquidado no período de superior a doze meses após a data do balanço;** e **• A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.** Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna e não são mantidos para vencimento e outros fins. **f) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para redução ao valor recuperável e glosas. Uma provisão para redução ao valor recuperável é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber e uma provisão para glosa é registrada com base na experiência histórica de glosa da Companhia. **g) Glosas:** A Companhia está exposta a perdas devido à glosa de contas a receber. As glosas consistem em perdas de transações decorrentes das operadoras de planos de saúde, que questionam itens das contas alegando não serem devidos. As provisões para esses itens representam a estimativa de perdas futuras com base na experiência histórica. Essas provisões para glosas são registradas como redução de receita. **h) Estoques:** Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos. **i) Propriedade para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. A Companhia adota como prática manter suas propriedades para investimento ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de eventual provisão para perda por redução ao valor recuperável. **j) Imobilizado:** Terrenos, edificações, benfeitorias, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o seu pretendido. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. O imobilizado é reclassificado para propriedade para investimento quando não for destinado para uso. **k) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que é em média de 20% ao ano. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado na competência de sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. **l) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: Ativo financeiro - Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. **Ativo financeiro - Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: **• Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).** **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).** **• Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).** **• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** **Ativos financeiros ao custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Redução ao valor recuperável:** A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. **Passivos financeiros: Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado

ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e outros débitos. **Passivos financeiros - Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **• Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado;** e **• Passivos financeiros ao custo amortizado.** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (empréstimos e financiamentos):** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: **• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;** o **• O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **m) Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são reconhecidos inicialmente ao custo e contabilizados subsequentemente com base no método da equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução ao valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a controlada são eliminados em proporção à participação. A soma da participação do Grupo nos resultados é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado final após os tributos e as participações de não controladores nas controladas. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado. Ao perder influência significativa sobre o investimento, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. **n) Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Grupo como arrendatário:** O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo em questão está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova reavaliação dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: **• Unidade máquinas:** 1 a 20 anos. **• Veículos automotores e outros equipamentos:** 2 a 5 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é recalculado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contemham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do ativo recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de dez anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o décimo ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil

tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflète uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. **p) Provisões: Geral:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para demandas judiciais:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios:** Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita. **Garantia de reembolso de contingência - ativo indenizatório:** Os reembolsos esperados por outras partes necessários para liquidar uma provisão são reconhecidos somente quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. O reembolso é tratado como um ativo separado e não ultrapassa o valor da provisão. **q) Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas conforme estabelece o CPC 47 e decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no momento da prestação dos serviços médicos, na extensão ou proporção que satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo registradas líquidas da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais. As receitas decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas por um valor que reflète a contrapartida a que a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados. A Companhia controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente, sendo que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares. Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e futuras, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência. **r) Tributos: Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício. O regime de tributação adotado pela Companhia e pelas controladas é pelo lucro real, cuja apuração é efetuada de forma individual por cada empresa do Grupo. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Algumas controladas apuram o lucro tributável pelo regime de lucro presumido. **Tributos diferidos ativos e passivos:** É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: **• Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.** **• Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.** Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. **s) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **t) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: **• Receita de juros;** **• Despesa de juros;** **• Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;** **• Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia reconhece os juros pagos como atividade de financiamento em suas demonstrações de fluxo de caixa. **2.7 Novas normas contábeis e interpretações ainda não eletivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O "CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis" será substituído e se aplicará a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. **• As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacionais, de investimento, de financiamento, de operações de descontinuações e de imposto de renda.** As entidades também são obrigadas a apresentar um subtal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. **• As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.** **• Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.** **• Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.** O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Norma Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: **• Ausência de reversibilidade (alterações do CPC 02);** **• Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).** **2.8 Retificação de classificações nas demonstrações financeiras:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia identificou que certos saldos, considerados materiais, foram apresentados erroneamente nas demonstrações financeiras do exercício **continua** ★

* continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

8. Impostos e contribuições a recuperar:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
			Reapresentado	Reapresentado
PIS e COFINS a recuperar	1.746	-	3.020	2.041
ISS a recuperar	214	32	514	182
INSS a recuperar	-	-	114	4
Outros impostos a recuperar	26	50	114	268
	1.986	82	3.762	2.495

A Companhia possui créditos tributários dos impostos retidos na fonte sobre serviços prestados aos seus clientes, que são convênios de assistência à saúde, tanto públicos quanto privados e saldos negativos. A realização ocorrerá por meio de compensação com tributos a recolher.

8.1 Impostos a recuperar sobre o lucro:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
			Reapresentado	Reapresentado
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	10.258	12.068	33.025	29.273
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	6.745	5.228	13.971	12.934
	17.003	17.296	46.996	42.206

9. Instrumentos financeiros derivativos:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
			Contraparte	Contraparte
Ativo				
Contrato de SWAP Bradesco/Santander	64.067	5.819	64.067	5.819
	64.067	5.819	64.067	5.819
Passivo				
Contrato de SWAP Bradesco/Santander	(32.824)	(9.576)	(32.824)	(9.576)
	(32.824)	(9.576)	(32.824)	(9.576)

10. Outras contas a receber:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber (a)	31.326	21.766	45.783	24.411
Despesas antecipadas	-	-	11	108
Deposito Garantia	-	-	1.022	522
	31.326	21.766	46.815	25.041
Circulante	31.326	21.766	46.063	24.532
Não circulante	-	-	752	509

(a) São valores a receber oriundos das transações com empréstimo de mercadorias hospitalares entre empresas do Grupo e terceiros. A transação é realizada pelo valor de custo dos estoques e a quitação ocorre no curso normal dos negócios. **11. Transações com partes relacionadas:** Os principais ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como, as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de prestação de serviços hospitalares, empréstimos de produtos hospitalares, empréstimos e financiamentos bancários, e mútuos. Todas as transações são pactuadas com preços e condições acordadas entre as partes e estão compostas, como segue:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber				
Hospital Maria Auxiliadora S.A.	5.002	2.272	-	-
Hospital Prontonorte S.A.	4.140	1.090	-	-
Bradesco Seguros S.A.	23.491	-	22.491	-
Bradesco S.A. (atendimentos à faturar)	23.471	-	23.471	-
	56.104	3.362	46.962	-
Outras contas a receber				
Empréstimos de produtos hospitalares (c)	10.378	11.798	-	-
	66.482	15.161	46.962	-

Mútuo a receber (a)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Hospital Prontonorte S.A.	-	74	-	-
Centro Radiológico de Brasília S.A.	1.340	1.776	-	-
Medgrupo Participações S.A.	-	950	-	950
Oratório Participações S.A.	-	500	-	500
JPL Administração	4.105	4.041	4.105	4.041
Pessoas físicas - acionistas (b)	1.061	1.050	1.953	1.050
Outros	349	321	637	258
	6.855	8.712	6.695	6.799

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos - com instituições financeiras				
Bradesco S/A(e)	296.886	-	296.886	-
	296.886	-	296.886	-
Circulante	9.665	9	9.665	-
Não circulante	287.221	-	287.221	-
	296.886	-	296.886	-

Mútuo a pagar (a)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mútuo a pagar - Anima Centro Hospitalar Ltda.	-	90	-	-
Mútuo a pagar - Hospital Maria Auxiliadora S.A.	-	29.712	-	-
Mútuo a pagar - Hospital Prontonorte S.A.	-	26.035	-	-
Mútuo a pagar - Oratório Participações S.A.	-	29.181	-	29.181
Juros a transcorrer	-	(107)	-	(128)
	-	84.911	-	29.053
Outras contas a pagar				
JPL Administração (d)	1.542	2.022	2.022	2.022
Empréstimos de produtos hospitalares (c)	6.372	-	-	-
	7.914	2.022	2.022	2.022

Resultado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de prestação de serviços				
Hospital Prontonorte S.A.	3.234	1.260	-	1.260
Hospital Maria Auxiliadora S.A.	2.744	2.258	-	2.258
Bradesco S/A	150.049	-	150.049	2.258
	156.027	3.517	150.049	3.517
Resultado financeiro				
Receita de juros incorridos sobre mútuos	-	1.925	336	2.779
Juros incorridos sobre empréstimos - Bradesco S/A	32.824	-	32.824	-
Juros incorridos sobre mútuos	-	(327)	(6)	(570)
	32.824	1.598	33.154	2.209

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados: (a) Saldos são provenientes de mútuos. Estas transações são apresentadas pelo valor nominal acrescido de 1% de juros a.a. O contrato de mútuo tem por objetivo a concessão de crédito rotativo para empresas de mesmos controladores, ou seja, exclusivamente para custeio de capital de giro. O empréstimo segue contratos formais, com liberação de recursos conforme necessidade do mutuário e possibilidade do mutuante. O vencimento é revisado periodicamente pela Administração, sem expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. (b) Saldos a pagar junto a pessoas físicas decorrente de empréstimos obtidos. A operação não possui remuneração e seu prazo de vencimento é tratado regularmente pela administração. (c) Refere-se medicamentos fornecidos pela Companhia por meio de empréstimos para suas controladas. As transações são realizadas pelo valor de custo dos medicamentos e sua liquidação ocorre no curso normal dos negócios. (d) Refere-se a contrato de aluguel de prédio administrativo da unidade HSL0 qual é reconhecido de acordo com o CPC 06(R2) - Arrendamentos. (e) O acionista da Companhia, a Atlântica Hospitalis e Participações S.A., é controlada diretamente pelo Bradesco Gestão de Saúde S.A. que tem como controlador final o Banco Bradesco S.A., considerado pela Administração como parte relacionada para fins de divulgação. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Companhia considera como pessoal-chave da Administração apenas os diretores estatutários, sua remuneração é composta por salários, benefícios e remuneração variável. **Controlador final:** O controle final da Companhia pertence à Família Leal (pessoas físicas). **12. Garantia de reembolso de contingências e ativo indenizatório:** Os riscos legais da Companhia na combinação de negócios são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimentos entre seus acionistas, mediante o ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes das datas de aquisições das controladas. A garantia destes saldos são as obrigações a pagar pelas aquisições que o Grupo registra em seu passivo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de garantia de reembolso de contingências e ativo indenizatório está composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
M2 Participações Societárias	36.141	23.212	37.294	30.633
Procordio Centro Cardio Respiratório	12.823	1.604	12.823	1.604
Ânima Centro Hospitalar	674	-	674	-
Hospital Ortopédico	853	-	853	-
	50.491	24.816	51.644	32.237

13. Investimentos:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participações em controladas				
M2 Participações Societárias	100%	435.168	391.049	-
Ânima Centro Hospitalar	100%	147.483	132.153	-
Hospital Ortopédico	100%	21.937	21.787	-
Hospital Prontonorte S/A	100%	265.202	222.531	-
Hospital Maria Auxiliadora S/A	100%	208.509	161.046	-
Centro Radiológico de Brasília S/A	100%	7.253	5.475	-
Centro Radiológico do Gama S/A	100%	6.885	6.263	-
Vaga Certa Serviços de estacionamento Ltda.	100%	2.481	1.271	-
Procordio Centro Cardio Respiratório	100%	124.891	99.365	-
		1.219.808	1.040.940	-

Movimentação do investimento	Ânima Centro Hospitalar		Procordio Centro Cardio Respiratório		Hospital Prontonorte S/A		Hospital Maria Auxiliadora S/A		Centro Radiológico de Brasília S/A		Centro Radiológico do Gama S/A		Vaga Certa Serviços de Estacionamento Ltda.	
	Societárias	Hospitalar	Ortopédico	Respiratório	S/A	Auxiliadora S/A	de Brasília S/A	do Gama S/A	Estacionamento	Ltda.	Total			
Saldo em 1º de dezembro de 2023	361.947	103.916	39.719	88.166	-	-	-	-	-	-	-	-	-	593.748
Integralização de capital	206.662	19.500	14.115	67.382	-	-	-	-	-	-	-	-	-	307.658
Aquisição de investida	-	-	-	-	222.530	161.045	5.476	6.263	1.271	-	-	-	-	396.586
Adiantamento para futuro aumento de capital	(71.550)	5.700	(8.249)	(39.713)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.810)
Equivalência patrimonial	(4.896)	3.948	(3.067)	(12.580)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.596)
Depreciação mais valia de ativos	(134)	(911)	(96)	(1.344)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.485)
Perda por impairment ágio	(100.979)	-	(20.635)	(2.547)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	391.049	132.153	21.787	99.365	222.530	161.045	5.476	6.263	1.271	1.219.808	1.040.940	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.317	13.849	5.610	23.970	1.500	-	-	-	1.800	-	-	-	-	87.047
Equivalência patrimonial	3.928	2.048	(5.365)	2.588	53.885	62.247	(23)	816	1.209	121.333	-	-	-	1.209
Depreciação mais valia de ativos	(126)	(567)	(96)	(1.031)	-	-	-	-	-	(1.821)	-	-	-	(1.821)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(194)	-	-	-	-	(27.775)
Outros	-	-	-	-	85	(12.798)	(14.784)	-	-	-	-	-	-	85
Saldo em 31 de dezembro de 2024	435.168	147.483	21.937	124.891	265.202	208.509	5.453	8.685	2.481	1.219.808	1.040.940	-	-	-

Demonstrações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023: As demonstrações financeiras resumidas relativas as controladas nas quais a Companhia possui participação são as seguintes:

Empresas	31/12/2024				31/12/2023			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
M2 Participações	206.474	73.847	132.627	3.928	173.503	85.122	88.381	(4.896)
Hospital Ortopédico	10.504	1.995	8.508	(5.365)	12.011	3.748	8.263	(3.067)
Ânima Centro Hospitalar	126.208	38.336	87.873	2.048	107.595	35.620	71.976	3.948
Procordio Centro Cardio Respiratório	68.035	29.241	38.794	2.588	46.071	33.840	12.231	(12.580)
Hospital Prontonorte S/A	445.156	179.954	265.202	53.885	371.575	149.045	222.530	-
Hospital Maria Auxiliadora S/A	342.407	133.898	208.509	62.247	276.166	115.120	161.045	-
Centro Radiológico de Brasília S/A	10.116	2.862	7.253	(23)	9.000	3.524	5.476	-
Centro Radiológico do Gama S/A	8.251	1.366	6.885	816	7.311	1.048	6.263	-
Vaga Certa Serviços de Estacionamento	2.627	146	2.481	1.209	1.375	103	1.271	-
	1.219.778	461.646	758.132	121.333	1.004.608	427.171	577.436	(16.596)

14. Propriedades para investimentos:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	32.809	32.809	35.289	37.384
(-) Perda por impairment	(2.742)	(2.509)	(2.742)	(2.509)
	30.067	30.300	32.547	34.875

Reconhecidas inicialmente pelo método do custo, atualizado pelo valor justo anualmente, as propriedades para investimento, compostas por imóveis que são mantidas para rendimentos e não são ocupadas pela Companhia. O valor justo da propriedade para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos e independentes, a nível na hierarquia do valor justo nível 3, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. As propriedades para investimento referem-se a terrenos que no momento não encontram-se arrendados a terceiros e portanto não geraram receitas no exercício.

Técnica de avaliação	31/12/2024				31/12/2023			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Técnica utilizada na elaboração do laudo de avaliação patrimonial que embasou a mensuração pelo valor justo foi a precificação média de mercado, através do método comparativo direto de dados do mercado. Esse método foi determinado a partir da análise técnica do comportamento do mercado imobiliário relativo a imóveis semelhantes, de mesmo segmento e que estejam enquadrados no mesmo universo mercadológico.	206.474	73.847	132.627	3.928	173.503	85.122	88.381	(4.896)

★ continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Consolidado	2024						Taxa anual de depreciação
	31/12/2023	Aquisições	Baixa	Trans-ferências	Dep. Período	Implan-tação	
Classe do ativo imobilizado							
Edificações e construções	281.593	-	-	(1.502)	(6.561)	23	273.553
Imóveis de terceiros - direito de uso	1.876	-	-	-	(641)	-	1.235
Terrenos	23.191	-	-	-	-	-	23.191
Móveis e utensílios	20.752	2.645	(24)	412	(3.406)	319	20.698
Máquinas e equipamentos hospitalares	169.230	15.952	(24)	4.610	(29.866)	450	160.352
Máquinas e equipamentos diversos	276	6	(5)	-	(41)	71	307
Equipamentos de refrigeração	5.736	1.216	(20)	198	(962)	545	6.661
Equipamentos de informática	8.317	1.930	(12)	549	(2.855)	658	8.588
Benefetórias em imóveis de terceiros	521	-	-	-	(21)	-	500
Elevadores	1.247	149	0	175	(226)	-	1.330
Veículos	730	190	(1)	-	(169)	0	750
Instalações	44.289	793	(6)	1.535	(4.655)	-	41.980
Construções em andamento	83.376	36.451	(1)	(19)	-	-	119.808
Ferramentas	19	17	(5)	-	(19)	(4)	22
Outras	5.770	1.806	(396)	(5.957)	(35)	-	1.214
Total	646.923	61.155	(494)	-	(49.458)	2.064	660.189

Consolidado	2023						Taxa anual de depreciação
	31/12/2022	Aquisições	Baixa	Trans-ferências	Dep. Período	Aquisições de controladas	
Classe do ativo imobilizado							
Edificações e construções	170.220	-	(1)	(6.967)	(3.924)	121.847	281.593
Imóveis de terceiros - direito de uso	2.462	54	-	-	(641)	-	1.876
Terrenos	18.849	-	-	-	-	4.758	23.191
Móveis e utensílios	11.475	4.312	(23)	77	(1.819)	6.731	20.752
Máquinas e equipamentos hospitalares	115.603	29.399	(88)	2.571	(20.191)	41.936	169.230
Máquinas e equipamentos diversos	-	-	-	-	-	276	276
Equipamentos de refrigeração	3.359	1.368	-	90	(547)	1.467	5.736
Equipamentos de informática	5.563	2.056	(1)	(23)	(1.901)	2.623	8.317
Benefetórias em imóveis de terceiros	-	-	-	521	-	-	521
Elevadores	854	62	-	-	-	330	1.247
Veículos	393	130	-	0	(68)	275	730
Instalações	1.629	3.685	-	28.708	(576)	10.844	44.289
Construções em andamento	35.478	64.762	-	(21.475)	-	4.611	83.376
Ferramentas	18	5	-	-	(4)	-	19
Outras	1.474	7.672	43	(3.502)	-	82	5.770
Total	367.378	113.507	(70)	-	(29.671)	195.779	646.923

Descrição	Controladora					
	Prazo de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada
Vida útil definida						
Software	20%	1.538	(652)	886	1.477	(570)
Total						906

Descrição	Controladora					
	Prazo de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada
Vida útil indefinida						
Software	20%	4.511	(2.165)	2.346	4.450	(1.700)
Vida útil indefinida						
Ágio - M2 Participações Societárias	-	301.138	-	301.138	299.135	-
Ágio - Hospital Anima Participações	-	35.094	-	35.094	35.094	-
Ágio - Hospital Ortopédico	-	8.748	-	8.748	8.748	-
Ágio - Clínica Procardio	-	75.225	-	75.225	75.225	-
Total		424.716	(2.165)	422.571	422.652	(1.700)

Redução ao valor recuperável: O ágio são alocado as Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas pela Administração, como sendo cada um dos hospitais, conforme demonstrado na tabela acima. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, a mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período entre oito e dez anos em função da necessidade de estabilização da curva de reinvestimento do imobilizado, dado que o resultado poderia ser impactado por um valor não normalizado, numa projeção de período menor. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor de carregamento do dinheiro e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP considera tanto o custo de dívida quanto de capital próprio. O custo de capital próprio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento hospitalar é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores betas são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis ao público. Em 31 de dezembro de 2023 as taxas de desconto utilizadas foram de 12,9% a.a. a 13,9% a.a. e em 31 de dezembro de 2024 as taxas de desconto utilizadas foram de 12,81% a.a. e a taxa de crescimento considerada foi 3,5%. As premissas utilizadas no cálculo contemplam indicadores macroeconômicos que são obtidos com base em índices publicados, além de considerar riscos no mercado atual e riscos individuais do negócio, crescimento orgânico e verticalização da Companhia. As estimativas de resultado levam em consideração a experiência passada, ajustado principalmente pelos seguintes fatores:

- Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento históricos e o plano de negócios atualizado do Grupo;
- Presume-se que o preço dos serviços aumente em linha com a inflação prevista para os próximos anos;
- As premissas de custos e despesas operacionais seguiram à linha das utilizadas para receita de modo que venham a refletir os comportamentos históricos, efeitos do plano de negócios do Grupo para os próximos anos, assim como condições mercadológicas;
- As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. Para um período acima de dez anos, é usada uma taxa que baliza um cenário de crescimento conservador em níveis da inflação, que foi estimada para os períodos subsequentes, e esta taxa é de 3,5% a.a. A Administração da Companhia acredita que essa taxa de crescimento é justificada com base no planejamento estratégico do Grupo para os próximos anos e de projeções de mercado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o teste de redução ao valor recuperável e identificou perda nos ágios nas aquisições da M2 Participações Societárias no montante de R\$ R\$100.979, no Hospital Ortopédico e G14 o montante de R\$20.635, e no Procardio Centro Cardio Respiratório o montante de R\$2.546 em função de rentabilidade nas margens operacionais, reconhecidos em contrapartida de "Outras despesas operacionais". No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o teste de redução ao valor recuperável preparado pela Administração não identificou necessidade de provisão de perda (*impairment*) dos ágios.

17. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e medicamentos	44.595	42.089	85.431	83.509
Serviços médicos	33.159	23.018	49.540	42.189
Serviços de exames e laboratórios	1.721	2.018	12.640	5.664
Imobilizado	895	363	1.586	1.915
Serviços de manutenção	390	1.128	755	1.862
Materiais diversos	3.676	3.156	3.939	3.494
Serviços contratos de pessoa jurídica	4.870	4.623	5.828	5.022
Serviços partes relacionadas	-	-	6	-
Outros serviços de pessoa jurídica	158	235	9.114	5.739
Total	89.464	76.630	168.839	149.394

18. Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Taxa média de encargos %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Moeda Estrangeira						
Capital de giro estrangeiro	3,86% a 5,56% a.a.	2029	366.999	206.140	366.999	206.140
Aquisição de equipamentos GE	2,97% a 3,70% a.a.	2024	-	5.035	-	5.035
Moeda Nacional:						
BNDES FINAME capital de giro	5,27% a.a. indexado IPCA	2024	-	16.492	-	34.757
FCO obras e construções	de 3,53% a.a. indexado TFC	2024	-	-	2.833	5.187
FCO equipamentos hospitalares	de 2,0% a 3,70% a.a. indexado SWAP	2027	4.947	6.844	5.358	6.934
Capital de giro	de 1,07% a 14,72% a.a. indexado CDI	2029	590.205	612.317	593.554	620.017
			962.151	846.828	968.744	878.071
Circulante			196.364	253.721	202.098	280.393
Não circulante			765.787	593.107	766.646	597.678

Os empréstimos são garantidos por aval de sócios, cessão fiduciária de direitos creditórios em recebíveis, aplicações financeiras. Em algumas operações cuja captação foi realizada para a aquisição de máquinas e equipamentos, estes bens são dados em garantia para o financiamento contratado. (i) **Movimentação dos empréstimos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	846.828	900.880	878.071	931.198
Captações	311.000	100.000	311.000	100.000
Juros incorridos	126.578	101.657	128.697	110.645
Pagamento de principal	(264.515)	(192.838)	(288.837)	(200.392)
Pagamento de juros	(109.151)	(67.143)	(111.598)	(72.825)
Aquisição de controlada	-	-	-	12.111
Variação cambial	51.411	4.373	51.411	(2.666)
Saldo final	962.151	846.828	968.744	878.071

(ii) **Dívida por ano de vencimento**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	283.641	-	308.565
2025	196.364	160.766	202.243	166.578
2026	164.683	150.775	165.210	151.040
2027	171.797	251.647	171.885	251.888
2028	164.896	-	164.995	-
2029	264.411	-	264.411	-
Total	962.151	846.828	968.744	878.071

c. Covenants: O Grupo possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants*) e não financeiras que estão relacionadas ao atendimento do índice Dívida líquida consolidada / EBITDA e cláusulas de cross default que dá o direito ao credor executar antecipadamente a dívida. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo testou e cumpriu com todas as obrigações contratualizada com seus credores que pudessem antecipar o vencimento da dívida. **19 Obrigações trabalhistas e sociais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e ordenados	6.413	5.244	16.969	14.191
Renumeração variável	7.915	9.091	9.833	11.063
Provisão trabalhistas e encargos FGTS a pagar	13.178	11.647	32.568	28.641
INSS a pagar	927	791	3.265	2.060
	2.828	2.443	6.496	6.381
Total	31.261	29.216	69.131	62.338

20 Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS a recolher	14.291	16.274	32.210	36.383
ISS a recolher	5.041	5.237	11.615	11.876
Impostos retidos na fonte	1.610	2.006	6.092	4.596
Outras	1.043	10	1.047	13
Total	21.984	23.527	50.965	52.868

21 Parcelamentos tributários:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Previdenciário (a)	-	-	14.771	25.405
Impostos retidos na fonte (b)	-	-	6.605	3.255
ISS (c)	-	-	-	164
PIS e COFINS (d)	-	-	1.920	4.088
Simples nacional (e)	-	-	828	1.681
Outros	-	-	-	10
Total	-	-	24.124	34.603

(a) Refere-se substancialmente pela adesão de parcelamento do FGTS em janeiro de 2013, originado dos valores do FGTS sobre folha de pagamentos dos anos anteriores a 2013 (incluindo 13º salário), que foi integralmente liquidado em 2023, assim como, 45 parcelamentos realizados pela Companhia por meio de adesão a parcelamento ordinário previdenciário simplificado. Os saldos foram divididos em até 180 parcelas, com início a partir de 01/11/2009 e com vencimento final em 29/01/2030. (b) Refere-se a 18 parcelamentos realizados pela Companhia por meio de adesão retidos na fonte (IRRF,CSRF, INSS) junto a PGFN, a serem pagos em até 84 parcelas, com início a partir de 31/01/2018 e com vencimento final em 30/07/2027. (c) Refere-se a 8 parcelamentos realizados pela Companhia junto ao município para regularizar débitos de ISS. Integralmente liquidado em 2023. (d) Refere-se a 8 parcelamentos efetuados pela HME juntos a PGFN decorrente de débitos de PIS e COFINS com início a partir de 28/12/2017 e com vencimento final em 30/12/2024, assim como, 5 parcelamentos aderidos junto a PGFN e RFB pela Procardio, referente a débitos de PIS e COFINS, com início partir de 31/10/2019 e com vencimento final em 25/02/2028. (e) Refere-se a parcelamentos, realizados pela controlada Hospital Medicina Especialista, por meio de adesão a parcelamento REFIS do simples nacional de unidades incorporadas pela entidade em 2020, em até 180 parcelas, com início em 01/11/2009 e com vencimento final em 28/07/2030.

Cronograma de vencimento dos parcelamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	-	-	13.151
2025	-	-	9.543	7.479
2026	-	-	7.489	7.025
2027	-	-	6.177	6.948
Acima 2028	-	-	914	-
Total	-	-	24.123	34.603

22 Contas a pagar por aquisição de empresas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar aquisição da M2 Participações	139.389	141.970	139.389	141.970
Contas a pagar aquisição da Hospital Anima Ltda.	4.200	3.931	4.200	3.931
Contas a pagar aquisição da Procardio	20.526	28.934	20.526	28.934
Contas a pagar aquisição da Hospital Ortopédico Ltda.	629	600	629	600
Contas a pagar aquisição da G14 Empreendimentos Ltda.	2.378	2.268	2.378	2.268
Total	167.122	177.702	167.122	177.702

Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante	141.672	19.014	141.672	19.014
	25.449	158.688	25.449	158.688
Total	167.122	177.702	167.122	177.702

Cronograma de pagamento:

||
||
||

*** continuação** **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)**

lucros: A reserva de retenção de lucros é constituída anualmente em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício conforme deliberado em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio o saldo remanescente é destinado como reserva de retenção de lucros. Em 2023 a reserva de lucros foi integralmente compensada com prejuízos. Após compensação total do prejuízo, a Companhia voltará a construir reserva de lucros. **d. Transação de capital:** Em 29 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia realizou transações societárias as quais tiveram como objeto a realização de uma reorganização do organograma societário conforme composição das controladas na nota 1. Essa transação gerou Transação de capital no patrimônio da companhia no valor de R\$ 30.967. **e. Dividendos mínimos obrigatórios:** A destinação dos dividendos é efetuada com base na Lei nº 6.404/76, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após destinação da reserva legal. Em 2024, o lucro líquido foi integralmente destinado para compensação do prejuízo acumulado.

26. Receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas de serviços hospitalares	941.137	903.356	2.108.481	1.252.097
Receitas com estacionamento	-	-	3.212	-
Recuperação de glosas de convênios	36.923	31.928	64.406	34.137
(-) Glosas	(92.967)	(82.454)	(191.150)	(100.911)
Receita Bruta	885.093	852.830	1.984.950	1.185.324
(-) Impostos sobre a receita	(51.116)	(49.149)	(119.149)	(71.453)
(-) Descontos e abatimentos	(88)	(163)	(1.313)	(524)
Receita Líquida	833.889	803.518	1.864.487	1.113.347
27. Custos dos serviços prestados:				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos medicamentos e materiais hospitalares	(232.371)	(207.212)	(477.551)	(261.836)
Custos com serviços médicos	(165.411)	(171.392)	(351.752)	(241.065)
Custos com pessoal	(82.645)	(77.693)	(225.097)	(126.082)
Custos com lavanderia	(3.270)	(3.207)	(11.831)	(7.252)
Custos com alimentação hospitalar	(138)	(4.484)	(5.351)	(11.362)
Custos com exames	(8.232)	(7.792)	(14.466)	(8.497)
Custos com esterilização	(4.535)	(4.067)	(10.204)	(6.028)
Custos com radiologia/radioterapia	(3.897)	(3.758)	(12.159)	(6.562)
Custos com serviços de terceiros	(2.183)	(1.816)	(3.520)	(4.363)
Custo com depreciação	(18.384)	(17.390)	(30.607)	(20.779)
Outros custos	(8.667)	(5.039)	(14.176)	(8.115)
	(529.733)	(503.850)	(1.156.715)	(701.941)

28. Despesas gerais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e encargos sociais	(66.420)	(59.992)	(169.504)	(126.689)
Serviços de manutenção e conservação	(11.185)	(11.446)	(31.164)	(20.403)
Serviços de terceiros	(93.216)	(77.408)	(133.367)	(91.162)
Depreciação e amortização	(8.547)	(6.439)	(19.297)	(11.696)
Despesas tributárias	(4.323)	(2.633)	(7.069)	(4.089)
Materiais de uso consumo	(8.293)	(6.826)	(15.380)	(11.261)
Locação de máq. e equip.	(2.046)	(2.735)	(7.417)	(5.970)
Energia elétrica	(7.602)	(7.393)	(17.181)	(13.204)
Água e esgoto	(4.088)	(3.643)	(7.836)	(4.789)
Indenização judiciais e extrajudiciais	(713)	(800)	(974)	(1.688)
Viagens e estadias	(1.201)	(1.181)	(1.318)	(1.383)
Outras despesas	(6.349)	(8.034)	(15.163)	(15.133)
	(213.984)	(188.530)	(425.669)	(307.468)

29. Outras receitas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de alugueis	-	-	537	538
Ativo indenizatório de aquisições (a)	-	-	1.435	22.064
Direto de uso (Folha de pagamento)	-	-	1.603	1.545
Outras	-	-	22	1.475
			22.623	3.448

(a) As receitas de ativo indenizatório de aquisições são constituídas pelo reconhecimento das garantias de reembolso de contingências e ativo indenizatório conforme nota explicativa 12.

30. Outras despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
(Provisão)/Reversão contingências trabalhistas e cíveis	12.215	(9.926)	13.648	(5.626)
(Perdas)/Reversão efetivas de convênios e clientes	(3.984)	(4.950)	13.462	(5.026)
Perda por impairment no ágio	(233)	(118.746)	(233)	(118.731)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	52	(40)	(2.289)	(146)
Provisão de perda de adiantamentos	(8.191)	-	(8.191)	-
Provisão de despesas com fornecedores	(6.194)	-	(6.194)	-
Outras despesas/reversão operacionais	962	(3.243)	(3.649)	(3.901)
	(5.374)	(136.905)	6.553	(133.429)

31. Resultado financeiro, líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Descontos obtidos	7.710	6.917	15.545	7.691
Rendimentos de aplicações financeiras	8.371	3.861	11.635	3.947
Rendimentos sobre aquisições de empresas	4.082	-	4.082	-
Juros ativos	1.450	15.081	5.349	15.736
Valor justo de instrumentos financeiro derivativos	82.024	7.117	82.024	7.117
Varição monetária ativa	585	8	731	8
Varição cambial ativa	2.336	2.832	2.336	2.832
Outras	-	-	226	37
	106.558	35.816	121.930	37.368

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros sobre aquisições de empresas	(12.048)	(7.098)	(12.048)	(7.098)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(126.858)	(107.476)	(129.362)	(110.646)
Despesas taxas e impostos sobre transações financeiras	(12.928)	(5.876)	(18.476)	(7.441)
Juros sobre acordos judiciais	-	-	(602)	(130)
Varição cambial passiva	(58.291)	(7.167)	(58.404)	(7.169)
Juros sobre arrendamentos	(170)	-	(172)	(10)
Valor justo de instrumentos financeiro derivativos	(54.363)	(9.297)	(54.363)	(9.297)
Juros sobre parcelamentos tributários	(9.565)	-	(34.512)	(5.308)
Outras	(98)	(439)	(1.461)	(557)
	(274.321)	(137.353)	(309.400)	(147.656)
Despesas financeiras	(274.321)	(137.353)	(309.400)	(147.656)
Total resultado financeiro	(167.763)	(101.537)	(187.470)	(110.288)

32. Imposto de renda e contribuição social: a. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social e da taxa efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	53.203	(152.023)	115.333	(154.595)
Alíquota nominal combinada dos tributos - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(18.089)	51.688	(39.213)	52.562
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:				
- Equivalência patrimonial	41.282	(5.643)	-	-
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	-	(42.214)	-	(42.214)
- Adições permanentes, líquidas	4.714	(1.991)	4.995	(8.158)
- Imposto de renda e contribuição apurado pelo lucro presumido	-	-	-	(240)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	27.907	1.840	(34.218)	1.949
Alíquota efetiva	52,45%	(1,21%)	29,67%	(1,26%)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(8.048)	(69.871)	(11.865)
Imposto de renda e contribuição social diferido	27.907	9.888	35.653	13.814
	27.907	1.840	(32.218)	1.949

Contador	Diretoria
Deyvissom Machado Guimarães - CRC-DF 021226/O	Gustavo Fiuzu - CEO Lucius Magalhães - CFO Pedro do Rego Leal - Diretor Corporativo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Hospital Santa Lúcia S.A.** - Brasília - DF. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Hospital Santa Lúcia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Hospital Santa Lúcia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - representação dos valores correspondentes:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que os valores correspondentes referentes 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram representados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior:** Auditoria das demonstrações financeiras do ano anterior: O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparados originalmente antes das reclassificações descritas na nota explicativa nº 2.8, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificações, com data de 30 de julho de 2024. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedi-

mentos sobre as referidas reclassificações e sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações

falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 20 de maio de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

Marcelta Sette Bezerra
Contador - CRC SP-250134/O-1

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 26/05/2025

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP Nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicidade Legal** no portal do **Jornal de Brasília** ou acesse o link: jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/

